

Auditoria de manejo florestal realizada
por:



Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa
Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil,
13400.970

Tel e Fax: +55 19 3429 0800

www.imaflora.org

Resumo Público de Avaliação de Recertificação 2018 do Manejo Florestal da: Caravelas Florestal S.A em Nova Viçosa - BA

Data do resumo público:	28 de agosto de 2018
Relatório finalizado:	28 de agosto de 2018
Data de auditoria fase II:	21 a 25 de maio de 2018
Equipe de auditoria:	Guilherme de Andrade Lopes Clarissa Magalhães Erica Fonseca
Responsável pelo processo no Imaflora	Guilherme de Andrade Lopes
Código de certificação:	IMA-MF-0016
Emissão do certificado:	28 de outubro de 2018
Expiração do certificado:	27 de outubro de 2023
Contato do empreendimento: Endereço escritório central	Márcio P. Geromini Rodovia BR 418, Km 37, Posto da Mata, Nova Viçosa, BA; CEP 45.928-000, Caixa Postal 58
Responsável pelo Manejo Florestal	Márcio P. Geromini
Contato do Responsável pelo Manejo Florestal	marcio@caravelasflorestal.com.br

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIATURAS	3
1. INTRODUÇÃO	5
2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF	5
3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO	6
4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO ECONOMICO.....	7
5. PROCESSO DE AUDITORIA.....	7
5.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES.....	7
5.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA FASE II:.....	8
5.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO:	11
5.3.1. VISITA PRÉVIA (SE APLICÁVEL).....	11
6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS	12
6.1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA A PARTES INTERESSADAS:.....	12
6.2. COMENTÁRIOS RECEBIDOS NA CONSULTA PRÉVIA E TRATAMENTO DAS DEMANDAS	13
6.3. DESCRIÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs).....	18
6.4. OBSERVAÇÕES	21
6.5. CONCLUSÕES DE AUDITORIA.....	22
ANEXO I – Escopo do EMF	23
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas.....	25
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal.....	27

SIGLAS E ABREVIações

AAVC	Atributo de Alto Valor para a Conservação
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP	Área de Preservação Permanente
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
AVC	Alto Valor de Conservação
BO	Boletim de Ocorrência
CAT	Comunicado de Acidente de Trabalho
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CIPATR	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural
CITES	Convenção Internacional sobre o Comércio de Fauna e Flora em Perigo de Extinção
CLT	<i>Cut to length</i>
COC	Cadeia de custódia (<i>Chain of Custody</i>)
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviço
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FM	Manejo Florestal (<i>Forest Management</i>)
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i> ou Conselho de Manejo Florestal
FT	<i>Full Tree</i>
IMA	Instituto de Meio Ambiente
IMAFLOA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPC	Inventário Pré-Corte
ITTA	Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais
LTCAT	Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho
MIPI	Micro Porta Iscas
MPE	Ministério Público Estadual
NA ou N/A	Não Aplicável
NCR	Relatório de Não conformidade
NTFP	<i>Non Timber Forest Products</i>
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
P&C	Princípios e Critérios
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PGSSMATR	Programa de gestão de segurança, saúde e meio ambiente de trabalho rural

PMF	Plano de Manejo Florestal
PMT	Plano de Monitoramento Total
PO	Procedimento Operacional
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PR	Paraná
PROTEF	Programa de proteção florestal – Instituto de pesquisas florestais
QVT	Qualidade de Vida do Trabalhador
RA	Aliança pelas Florestas Tropicais (<i>Rainforest Alliance</i>)
RH	Recursos Humanos
RL	Reserva Legal
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SGF	Sistema de Gestão Florestal
SIPATR	Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Região Rural
SLIMF	<i>Small and Low Impact Management Forests</i>
SSO	Segurança e Saúde Ocupacional
SST	Saúde e Segurança do Trabalho
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
T&D	Tecnologia e Desenvolvimento
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UMF	Unidade de Manejo Florestal
USP	Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de avaliação foi analisar a performance ambiental, social e econômica do manejo florestal da Caravelas Florestal S.A conforme definido pelos princípios e critérios estabelecidos na ABNT NBR 14789:2012 - Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais e pelas normas estabelecidas pelo sistema certificação FSC® (*Forest Stewardship Council*™).

Este relatório apresenta os resultados de uma auditoria independente de avaliação de certificação conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) relacionadas ao atendimento as normas da ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais. O relatório descritivo do processo de avaliação de certificação FSC pode ser acessado através do website do FSC internacional (<http://info.fsc.org/>).

A seção 6 deste relatório descreve as conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento as normas da ABNT NBR 14789:2012 e as ações de seguimento solicitadas ao empreendimento por meio de suas não conformidades identificadas.

As informações descritas nos itens 2; 3 e 4 deste relatório foram extraídas de documentos fornecidos pelo EMF, tais como Plano de Manejo e procedimentos operacionais, sendo sua veracidade analisada durante as atividades de campo através da análise dos indicadores descritos no Anexo III.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreende planejamento da auditoria, avaliação e certificação e decisões, são de responsabilidade do mesmo que não subcontrata nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicos.

Resolução de conflito: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços, se identificados, são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF

A Caravelas Florestal S.A. é uma empresa investida pelo grupo Florestas do Brasil FIP que tem como objetivo a administração e execução de projetos florestais, por conta própria e/ou terceiros, florestamento e/ou reflorestamento para comércio de florestas ou árvores em pé.

No médio prazo, o manejo florestal da Caravelas Florestal tem como objetivo o atendimento a contratos com empresas de sua região de atuação, que preveem o fornecimento de madeira de eucalipto, para fabricação de celulose.

3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO

A produção florestal da Caravelas Florestal S.A. baseia-se no manejo florestal de florestas plantadas de eucalipto para venda à Fibria Celulose - Unidade Industrial Aracruz para produção de celulose branqueada. As florestas são formadas predominantemente por híbridos de eucalipto obtidos a partir do cruzamento entre as espécies *Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus urophylla*. Estas espécies e seus híbridos foram selecionadas por possuir excelente adaptação às condições ambientais da unidade de manejo florestal.

As áreas manejadas pela Caravelas Florestal compreendem 51 propriedades distribuídas em 4 municípios do sul do estado da Bahia (Caravelas, Ibirapuã, Mucuri e Nova Viçosa).

A tabela a seguir descreve a distribuição de áreas nos núcleos de produção da Unidade de Manejo Florestal:

Uso da terra	Área (ha)	%
Plantações florestais	16.239,59	61
Áreas de conservação	5.661,33	21
Outros usos	5.008,64	18
Área total certificada	26.909,56	100

O sistema vegetacional da região considerada inclui as seguintes tipologias: floresta ombrófila densa (formação aluvial, terras baixas e submontana), floresta estacional semidecidual (formação aluvial e submontana), formação pioneira de influência fluvial, formação pioneira de influência marinha e formação pioneira de influência edáfica.

Em geral, as áreas da empresa se encontram em situação de relevo plano a suave ondulado (com declividade geral menor que 3%). Os taludes das drenagens podem ou não se caracterizar como grotas.

O clima predominante nas áreas é tropical úmido, com estação chuvosa no verão e seca no inverno. Em áreas mais próximas ao litoral e ao longo de toda a costa a precipitação é mais bem distribuída ao longo do ano e não há uma estação seca pronunciada.

As principais atividades que fazem parte do manejo florestal do empreendimento são:

- Análise das propriedades dos solos;
- Formação dos plantios de eucalipto;
- Monitoramento da fertilidade do solo e da nutrição dos povoamentos de eucalipto;
- Controle de pragas e doenças;
- Monitoramento florestal;
- Prevenção e combate a incêndios florestais;
- Construção e manutenção de estradas;
- Colheita;
- Transporte de madeira;
- Manutenção de máquinas e equipamentos.

A Caravelas Florestal vende a floresta plantada em pé. O sistema de colheita mecanizada praticado pela Fibria utiliza equipamentos de colheita mecanizada como harvester, forwarder, feller, clambunk e mesa slasher. O processo gera como principal produto toras para a produção de celulose nas instalações de processamento da empresa Fibria.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO ECONOMICO

A Unidade de Manejo da Caravelas Florestal se encontra em uma região que inclui municípios de grande base territorial, impactados pelas plantações florestais. São eles: Caravelas, Ibirapuã, Mucuri e Nova Viçosa. A região da Costa das Baleias (Mucuri, Nova Viçosa e Caravelas) abriga inúmeras comunidades pequenas dispersas, desconectadas entre si, com pouca comunicação e integração. Complementa este cenário a elaboração de um sistema de classificação em paisagens culturais que permitisse agrupar os contextos locais de acordo com suas características estruturantes articulando, deste modo, suas inerentes dimensões ecológicas, geomorfológicas, sócio histórico e etnoculturais. Deste modo são identificadas as seguintes paisagens regionais presentes nas áreas da Caravelas Florestal: Sitiante e Quilombola.

5. PROCESSO DE AUDITORIA

5.1. Auditores e qualificações

a) Auditoria Fase I:

Nome do auditor	Guilherme de Andrade Lopes	Atribuições do auditor	Coordenador do processo
Qualificações	Coordenador de certificação florestal do Imaflorea/Rainforest Alliance e auditor líder de certificação florestal. Doutor e Mestre em recursos florestais pela ESALQ/USP, Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Lavras, MG, com experiência de 20 anos como consultor e gestor em empresas de base florestal (plantações). Conduziu mais de 70 avaliações FSC de manejo florestal de plantações. Possui treinamento na norma ISO 19.011 para atuar como auditor do sistema de gestão de qualidade e meio ambiente, formação de auditor líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14.001 e Treinamento de Formação de Auditores e Equipe Interna de Manejo Florestal Sustentável – CERFLOR.		

b) Auditoria Fase II:

Nome do auditor	Guilherme de Andrade Lopes	Atribuições do auditor	Auditor líder
Qualificações	Coordenador de certificação florestal do Imaflorea/Rainforest Alliance e auditor líder de certificação florestal. Doutor e Mestre em recursos florestais pela ESALQ/USP, Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Lavras, MG, com experiência de 20 anos como consultor e gestor em empresas de base florestal (plantações). Conduziu mais de 70 avaliações FSC de manejo florestal de plantações. Possui treinamento na norma ISO 19.011 para atuar como auditor do sistema de gestão de qualidade e meio ambiente, formação de auditor líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14.001 e Treinamento de Formação de Auditores e Equipe Interna de Manejo Florestal Sustentável – CERFLOR.		
Nome do auditor	Clarissa Magalhães	Atribuições do auditor	Auditora
Qualificações	Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Energia pela UFABC (Área Ambiente e Sociedade), SP. Antropóloga pela UNICAMP, SP. Consultora especialista em programas de apoio à implementação de gestão participativa e agendas socioambientais junto a instituições		

	dos três setores, com larga experiência em planejamento e gestão de projetos. Experiência pregressa junto ao sindicalismo rural, tendo coordenado programa de formação de dirigentes na Escola Sindical São Paulo. Já participou em mais de 35 processos de certificação florestal, especialmente de grandes empresas do país. Possui formação adicional em cursos de atualização para auditores FSC e CERFLOR pelo Imaflora/ Rainforest Alliance.		
Nome do auditor	Erica Fonseca	Atribuições do auditor	Auditora
Qualificações	Engenheira florestal, Msc. em Produção Vegetal. Profissional com 13 anos de experiência adquiridos nas áreas de Inventário Florestal, Planejamento Florestal e Análises Econômicas. Atuou em grandes empresas do sul e nordeste do país, onde foi responsável pelo planejamento, qualidade, processamento, análise e divulgação de resultados de inventário florestal. Participou de estudos de expansão florestal em fábricas do Paraná, especializando-se em gerar e analisar cenários de planejamento estratégico. Atualmente, como consultora técnica, elabora mapeamento de processos e indicadores de gestão e qualidade, além de diagnósticos de produtividade e qualidade florestal. Possui formação adicional em cursos de atualização para auditores do Imaflora/Rainforest Alliance.		

5.2. Cronograma de auditoria fase II:

Data	Localização / Principais sítios	Principais atividades
21/05/2018	Posto da Mata/Nova Viçosa/BA: Escritório da Organização Ibirapuã/BA: Vila Portela Região Belo Cruzeiro / projeto 356	Reunião de abertura Planejamento da semana de auditoria Entrevista a partes interessadas (associação de moradores, beneficiários, representante do poder público) e visita a projetos sociais - Operação de roçada manual; - Entrevista com supervisor operacional; - Entrevista com líder de campo; - Entrevista com ajudantes florestais; - Avaliação das condições da área de vivência; - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros; - Avaliação de áreas revegetadas.
21/05/2018	Áreas 13, 10, 611 e 121	- Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Recuperação de bordas em Mussunungas. - Estado geral dos plantios comerciais.
21/05/2018	Região Belo Cruzeiro / projeto 356	- Operação de roçada manual; - Entrevista com supervisor operacional; - Entrevista com líder de campo; - Entrevista com ajudantes florestais;

		<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação das condições da área de vivência; - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros; - Avaliação de áreas revegetadas.
21/05/2018	Ibirapuã/BA: Vila Portela	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista a partes interessadas (associação de moradores, beneficiários, representante do poder público) e visita a projetos sociais
22/05/2018	Ibirapuã/BA: Vila Juazeiro Vila Portela	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista a partes interessadas e visita a projetos sociais (escola, moradores, representante do poder público)
22/05/2018	Área 627	<ul style="list-style-type: none"> - Subsolação. - Preparo de solo. - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho. - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Alojamento de trabalhadores. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.
22/05/2018	Área 638	<ul style="list-style-type: none"> - Controle de mato competição. - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho. - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Alojamento de trabalhadores. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.
22/05/2018	Área 629	<ul style="list-style-type: none"> - Controle de formigas. - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho. - Utilização e estado geral de EPIs e

		<p>uniformes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alojamento de trabalhadores. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.
22/05/2018	Região Juazeiro / projetos 223 e 671	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
22/05/2018	Região Juazeiro / projeto 698	<ul style="list-style-type: none"> - Operação de inventário; - Entrevista líder de campo; - Entrevista com ajudante florestal; - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
22/05/2018	Região Juazeiro / projeto 632	<ul style="list-style-type: none"> - Operação de combate a formigas mecanizado; - Entrevista líder de campo; - Entrevista com ajudantes florestais; - Avaliação das condições da área de vivência; - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
22/05/2018	Região Juazeiro / projeto 673	<ul style="list-style-type: none"> - Operação de aplicação mecanizada de herbicida; - Entrevistas com operadores de máquinas; - Entrevistas com ajudantes florestais; - Entrevista com motorista de caminhão; - Avaliação das condições da área de vivência; - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
22/05/2018	Região Juazeiro / projeto 673	<ul style="list-style-type: none"> - Operação de aplicação mecanizada de herbicida; - Entrevistas com operadores de máquinas; - Entrevistas com ajudantes florestais; - Entrevista com motorista de caminhão; - Avaliação das condições da área de vivência; - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
23/05/2018	Escritório da empresa (Posto da mata, BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas com responsáveis da Organização; - Análise documental.
24/05/2018	Escritório da empresa (Posto da mata, BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas com responsáveis da Organização; - Análise documental.
25/05/2018	Escritório da empresa (Posto da mata, BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação dos resultados da auditoria; - Reunião de encerramento.

5.3. Descrição das etapas do processo de Avaliação:

5.3.1. Visita Prévia (se aplicável)

Não aplicável em recertificações.

5.3.2. Auditoria Inicial (Auditoria Fase I) tem a função de:

- a) Fornecer subsídios para o planejamento da Auditoria Fase II, por meio do conhecimento sobre o manejo florestal do empreendimento candidato, com base nos princípios, critérios e indicadores conforme ABNT NBR 14789 e, em particular, do preparo do empreendimento para receber auditoria;
- b) Verificar nos órgãos públicos competentes o cumprimento da legislação, segundo o Princípio 1;
- c) Identificar as partes interessadas a serem convidadas para a Consulta Pública, por meio de levantamento direto e indicações do empreendimento;
- d) Realizar uma Consulta Prévia, envolvendo as partes interessadas sobre o processo de certificação, e estabelecendo um período não inferior a 30 dias para o recebimento de comentários.
- e) Nesta fase também pode ocorrer visita de campo para melhor compreensão do empreendimento e planejamento da auditoria fase II.

Foram examinados diferentes documentos apresentados pelo empreendimento candidato, com os objetivos de avaliar preliminarmente o atendimento dos princípios, critérios e indicadores conforme ABNT NBR 14789 e, em particular, do preparo do empreendimento para receber auditoria. Foram analisados os seguintes documentos:

- Plano de Manejo;
- Procedimentos operacionais de silvicultura, colheita, construção e manutenção de estradas, entre outros;
- Certidões de débitos tributários junto às receitas Federal, Estadual e Municipal;
- Certidões de débitos junto ao INSS e ao FGTS;
- Certidões de ações junto às Justiças do Trabalho, Federal e Estadual (Cíveis e Penais);
- Documentos relativos ao licenciamento ambiental do empreendimento;
- Documentos relativos ao desempenho ambiental do empreendimento.

As certidões de ação, em especial, listam ações em andamento que envolvem o empreendimento como parte processual. A lista de ações será verificada durante a Auditoria Fase II.

A verificação do cumprimento da legislação deu-se por meio da solicitação das certidões acima descritas. Os documentos examinados permitiram constatar uma consistência mínima suficiente para justificar a viabilidade da realização da Auditoria Fase II, que deverá incluir visitas a frentes operacionais e de importância ambiental, comunidades e órgãos públicos, além do exame mais detalhado de documentos e entrevistas com trabalhadores e membros da equipe do empreendimento.

A identificação de partes interessadas ocorreu por meio de uma lista apresentada pelo empreendimento candidato e listas estratégicas mantidas pelo Imaflora, resultantes de experiências anteriores na região. Foi efetuada uma consulta prévia por e-mail, considerando as partes interessadas identificadas e os prazos estipulados para o recebimento de comentários. Adicionalmente, foi efetuada uma divulgação na página eletrônica do Imaflora, bem como uma

divulgação em instrumentos de mídia locais. Durante entrevistas, prévias ou mesmo durante entrevistas presenciais durante a auditoria de campo, novas partes interessadas podem ser identificadas e consultadas.

Conforme descrição já efetuada no item 5.3.1, foi dispensada a realização de visita de campo durante este processo.

5.3.3. Auditoria Inicial (Auditoria Fase II):

Após todas as constatações da Auditoria Fase I, inicia-se a Auditoria Fase II nas dependências do empreendimento para avaliar a implementação dos requisitos da norma. Nesta fase é realizada a Reunião Pública para coletar comentários das partes interessadas.

5.3.4. Tratamento de Não Conformidades

Caso seja identificada alguma não conformidade durante o processo, o empreendimento deve tratar a mesma, e a evidência objetiva de cumprimento é requisito para emissão do certificado.

5.3.5. Comissão de Certificação

O processo do EMF passará pela avaliação da comissão de certificação que valida a decisão tomada pelo Imaflora.

6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

6.1. Descrição do Processo de Consulta a Partes Interessadas:

Durante a auditoria foram conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais para verificar as condições de trabalho dentro do EMF, bem como o cumprimento das ações corretivas aplicadas na avaliação anterior.

O objetivo da estratégia de consulta a partes interessadas para a avaliação foi:

- 1) Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos.
- 2) Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais.
- 3) Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

Esse processo não é somente uma notificação, mas sim, sempre que possível, uma interação detalhada e significativa com as partes interessadas. O processo de consulta a partes interessadas não se encerra após as visitas de campo, podendo ter continuidade inclusive após a decisão de re-certificação. O Imaflora / Rainforest Alliance estimula, a qualquer momento, comentários sobre operações certificadas e utiliza-se de tais comentários, se aplicáveis, em avaliações de campo.

Deve-se enfatizar que houve tentativa de contato com o sindicato representante dos trabalhadores da base florestal, mas era temporada de negociação coletiva e a diretoria não dispunha de agenda para receber a equipe de auditoria.

Previamente à avaliação de certificação foi realizado um amplo processo de consulta pública, incluindo a elaboração de uma lista de partes interessadas. O processo de consulta a partes interessadas foi iniciado com sessenta dias de antecedência em relação à data da avaliação de

campo. As partes interessadas foram informadas e convidadas via carta anúncio - através de correio eletrônico e postal, fax e telefone – a participarem do processo de consulta pública através de preenchimento de questionários (impressos e disponíveis na internet). Reuniões públicas também são agendadas e pesquisas distribuídas para recolher contribuições das partes interessadas. O objetivo da consulta pública no período prévio à auditoria foi informar a população sobre a presença dos auditores do Imaflora na região de Nova Viçosa (BA), considerando a localização da área de manejo e o acesso aos veículos de comunicação da região. Compreendeu as seguintes etapas:

- Chamada para o evento e lançamento da consulta na página eletrônica do Imaflora (www.imaflora.org) no dia 10/04/2018;
- Envio por e-mail dos comunicados a respeito do lançamento da consulta pública e os respectivos links dos documentos de certificação, para as partes interessadas no processo, no dia 10/04/2018, conforme tabela abaixo:

Tipo (ONG, agências do governo, moradores locais, prestador de serviços etc.).	Número de pessoas/entidad es informadas	Número de pessoas/entidades que forneceram comentários
Associações	-	01
Auditores Externos	37	
Colaboradores ASI	01	
Colaboradores do FSC	02	
Colaboradores do Imaflora	25	
Colaboradores Rainforest Alliance	03	
Comunidade	-	04
Empreendimento Certificado	-	
Instituição Religiosa	-	
Instituições Acadêmicas	-	
Instituições de Ensino	-	
ONGs Ambientais	-	
ONGs Sociais	-	
Organizações governamentais	-	02
Outros	19	
Prestadoras de serviços	01	
Sindicatos	01	
Sistema de certificação	-	

- O relatório automático do sistema de envio dos e-mails (Constant Contact) mostra que 89 e-mails foram enviados, sendo que 17 foram abertos, mas 09 e-mails não foram recebidos pelo destinatário por motivos diversos.
- Esse sistema de envio filtra os e-mails em duplicidade e considera apenas uma vez o envio. Não foi recebido retorno através do e-mail consultapublica@imaflora.org.

6.2. Comentários recebidos na consulta prévia e tratamento das demandas

As atividades de consulta a partes interessadas foram organizadas para dar aos participantes a oportunidade de fornecer comentários de acordo com categorias gerais de interesse baseadas nos critérios de avaliação. A tabela a seguir resume os itens

identificados pela equipe de avaliação, com uma rápida discussão de cada um, baseados em entrevistas específicas ou comentários em reunião pública.

Princípio FSC	Comentários de interessados	Resposta do Imaflora / Rainforest Alliance
Princípio 1: Conformidade com as leis e Princípios do FSC		
Princípio 2: Posse e Direitos de Uso e Responsabilidades		
Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas.		
Princípio 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores	<p>Impactos das operações florestais</p> <p>Caiu o número de empregos oferecidos à comunidade. Antes eram cerca de 50 pessoas que trabalhavam na empresa, hoje são menos de 30 e o número continua caindo.</p> <p>Moradores da comunidade estão associando a passagem do avião que pulveriza produto de controle de lagarta ao aumento da ocorrência casos de dor de cabeça e mal-estar. Já foi feito contato com a Secretaria Municipal de Saúde,</p>	<p>Há dois motivos principais para a redução de empregos e demissão de trabalhadores. O primeiro é relativo à demanda da empresa em função do mercado e dos plantios. Para responder a esse motivo, a empresa buscou ampliar as alternativas de inserção no mercado local e passou a oferecer prestação de serviços florestais, evitando a demissão de um grande contingente de trabalhadores. O segundo motivo é a sazonalidade das colheitas de produções agrícolas locais, como o café, que concorrem na demanda por mão de obra. Nesse caso, há rotatividade na ocupação dos postos de trabalho existentes. No geral, houve redução de atividades em 2018, causando dispensa de 11 trabalhadores da comunidade, mas ainda permanecem 32, num total de uma centena ativos. Não foi verificada não conformidade referente ao tema.</p> <p>A empresa realiza, como todas as outras empresas com plantios de eucalipto a região, pulverização de produto biológico e inerte, classe 4, pouco tóxico, contra lagartas que atacam os pés de eucalipto. As pulverizações ocorrem desde 2015,</p>

	<p>seria importante a empresa acompanhar. O avião passa em horário de aula e atrapalha as atividades em classe. Seria bom se a empresa analisasse a questão do horário dos voos.</p> <p>As empresas de eucalipto compraram ou arrendaram terras na região, para o plantio de eucalipto, causando desemprego e êxodo rural.</p> <p>Projetos sociais É importante a empresa explicar as regras de acesso à terra nos contratos de comodato que existem com a comunidade. Há pessoas que querem uma tarefa de terra para plantar e há pessoas com duas ou três tarefas de terra e a Associação não está redistribuindo.</p>	<p>mas tiveram maior intensidade em 2017, hoje só há aplicações pontuais para controle. Até o momento os canais de comunicação não apontaram reclamações ou questões sobre o tema. Na consulta pública realizada em abril de 2018, apareceu o tema de possível irritação de pele. Além da intensificação da comunicação para esclarecimento sobre o produto utilizado e sua baixa toxicidade, a consulta pública provocou ajustes nas ações relativas à pulverização por avião: definição de 250m de distância de sedes e residências para orientar as rotas de voo; orientação de que os aviões não devem sobrevoar as comunidades em nenhum momento da rota; controle pelo uso do GPS. Não foi verificada não conformidade referente ao tema.</p> <p>Quando a empresa foi criada, comprou áreas de outra empresa e só trabalha com áreas próprias, não arrenda terras. Para mitigar impactos regionais como a ocupação de cerca de 18% da área municipal com plantios, implanta projetos de complementação de renda e segurança alimentar como medidas de mitigação e compensação.</p> <p>A responsabilidade de gestão da terra cedida em contrato de comodato é da Associação de Moradores. A empresa monitora os resultados do projeto agrícola por meio de informações repassadas pela Associação. Em março de 2018 a equipe social realizou visita de campo à área de plantio cedida em comodato e participou de reunião da Associação, mas não veio à tona essa demanda. Há um esforço de monitoramento de número de famílias envolvidas e culturas nos plantios pela</p>
--	---	--

	<p>Há problema com o gado na área do entorno da escola. A empresa deveria cercar essa área e impedir que o gado circule.</p> <p>O espaço da escola deveria ser mais bem cuidado. A comunidade vê como “área sem dono” e não respeita.</p> <p>As lixeiras doadas pela empresa para a coleta de lixo eram de metal e foram destruídas em pouco tempo pela ação do tempo. As lixeiras deveriam ser de material mais resistente.</p> <p>A escola é muito quente por causa da incidência do sol e foi pensado que um conjunto de árvores poderia proteger a escola do sol, amenizando o calor. A empresa doou mudas para plantio na parte de cima da área externa da escola, mas não foi possível realizar o plantio, pois não havia mão de obra nem cercas para proteção das mudas contra o gado. As mudas foram doadas para os moradores.</p> <p>Como a empresa não consegue atender a demanda de empregos, inclusive diminuiu a oferta de vagas, deveria investir mais em projetos de geração de renda nas comunidades ilhadas pelos plantios, como ações de contrapartida.</p> <p>A empresa poderia investir em viveiros de mudas, como o que já existe na região.</p>	<p>empresa. Os contratos de comodato existem há 15 anos e são bianuais. As regras de divisão entre os associados podem estar entre as variáveis verificadas pela organização na próxima revisão. Não foi verificada não conformidade nesse tema.</p> <p>A escola está situada em área da empresa. Existe o esforço de apoiar projetos da escola e da Secretaria Municipal de Educação, mas as demandas são pontuais. Houve atendimento às demandas de doação de lixeiras para coleta e de mudas de árvores frutíferas e outras. Os projetos sociais pontuais de apoio às escolas, bem como os de cessão de áreas de plantio em comodato, implantados nas duas comunidades diretamente afetadas pelas atividades de manejo, não vêm apresentando resultados efetivos e não estão proporcionais aos impactos identificados. Foi emitido o NCR#01/18.</p> <p>A organização investe em projetos de complementação de renda e apoios pontuais às escolas das comunidades consideradas prioritárias. O principal projeto refere-se à cessão de terra em comodato, para plantio de alimentos direcionados à segurança alimentar das famílias e à comercialização, visando geração de renda. Não há previsão de apoio a novos viveiros no cenário de investimentos da</p>
--	---	---

	<p>Existe um projeto de parceria entre a escola e a igreja, que atende cerca de 100 crianças e adolescentes na comunidade, visando evitar o contato com drogas ilícitas. O resultado do projeto é muito efetivo e a empresa poderia apoiar.</p>	<p>organização, mas os atuais projetos demonstram necessidade de atingir maior efetividade. Como foi explicado acima, os projetos não vêm apresentando resultados efetivos e não estão proporcionais aos impactos identificados, tendo sido emitido o NCR#01/18.</p> <p>A área social da empresa desconhece o projeto, mas está aberta a novas propostas. Caso a demanda venha a surgir, será tratada e devidamente respondida, após análise e decisão. Não foi verificada não conformidade sobre o tema.</p>
Princípio 5: Benefícios da Floresta		
Princípio 6: Impacto Ambiental	<p>Nascentes A empresa prometeu cercar áreas de nascente e não cercou.</p>	<p>Existe um acordo com os vizinhos das áreas de manejo incluindo o cercamento das fazendas (acordo de cercas) e o apoio à restauração de áreas de reserva legal e proteção permanente. Houve a tentativa de um projeto em parceria com a prefeitura e comerciantes locais para o cercamento de nascentes nas fazendas particulares, mas não foi à frente por falta de consenso entre as partes.</p>
Princípio 7: Plano de Manejo		
Princípio 8: Monitoramento e Avaliação		
Princípio 9: Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação		
Princípio 10: Plantações		

6.3. Descrição das não conformidades Encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada durante a avaliação, entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

- **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não-conformidades menores de um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.
- **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não-usual, temporária ou não-sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicável, estabelecida durante avaliações anteriores. Para cada NCR solicitada são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

Categorias de situação	Explicação
Encerrada	A operação cumpriu satisfatoriamente a NCR.
Aberta	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> a NCR.

NCR #	01/18	Classificação da NC	Maior	Menor X
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais			
Seção do Relatório	Anexo III			
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas				
<p>3.2.a <i>Disposição e delineamento das plantações florestais intercaladas com a vegetação de ocorrência natural, contribuindo para a formação de corredores ecológicos, para a fauna estabelecida e migratória. O tamanho e a distribuição das áreas com vegetação de ocorrência natural devem ser identificados na fase preparatória do estabelecimento de novas plantações florestais, com base na avaliação social, ambiental e ecológica, bem como revistos durante as fases subsequentes de novos plantios.</i></p> <p>A Organização não emprega medidas de construção e manutenção de estradas que considerem a prevenção, minimização e mitigação dos impactos negativos aos solos.</p> <p>Durante vistorias de campo, foram verificados diversos casos de erosões em estradas sob gestão da Organização (municipais ou não) e obras de arte com problemas ou insuficientes para minimizar erosões. Analisando-se os procedimentos operacionais, constatou-se que estes não possuem recomendações técnicas adequadas e os planos de ação para adequação não consideram uma rotina de priorização em função de criticidade para atender a todos os projetos.</p>				
Solicitação de ação corretiva	<p>O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p> <p>Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.</p>			
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.			
Tipo de avaliação do NCR	On-site <input checked="" type="checkbox"/> Desk Review <input type="checkbox"/>			
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE			
Informações obtidas para avaliação das evidências	PENDENTE			
Situação do NCR	ABERTO			
Comentários (opcional)	N/A.			

NCR #	02/18	Classificação da NC	Maior	Menor X
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais			
Seção do Relatório	Anexo III			
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas				
<p>3.5.b <i>Existência de práticas silviculturais ou procedimentos que visem a proteção, restauração e manutenção de áreas de relevante interesse ecológico..</i></p> <p>A Organização não protege adequadamente as amostras representativas de ecossistemas em seu</p>				

estado natural.	
Os esforços da Organização em proteger suas áreas destinadas à conservação apresentaram-se insuficientes durante vistorias de campo, sugerindo insuficiência do sistema de monitoramento existente (monitores, vigias, supervisores com talão de notas, etc). A planilha de controle de registros da Organização não menciona importantes ocorrências verificadas <i>in loco</i> , como erosões em áreas de remanescentes, alteração de remanescentes para lazer e destruição de mudas nativas por gado.	
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Tipo de avaliação do NCR	On-site <input checked="" type="checkbox"/> Desk Review <input type="checkbox"/>
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE
Informações obtidas para avaliação das evidências	PENDENTE
Situação do NCR	ABERTO
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	03/18	Classificação da NC	Maior	Menor X
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais			
Seção do Relatório	Anexo III			
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas				
<i>5.1.b. Evidência de ações para evitar, mitigar ou, quando aplicável, compensar impactos sociais e econômicos negativos significativos decorrentes.</i>				
Não conformidade: Os projetos de interesse social implantados pela Organização não apresentam resultados proporcionais aos impactos a que respondem como medida de mitigação e compensação.				
Evidências: A Organização desenvolve projetos sociais com duas comunidades prioritárias situadas em meio aos plantios da empresa, Portela e Juazeiro (quilombola). Os projetos são basicamente campo agrícola (comodati de terra para plantio de alimento em área de recuo de 300m entre a comunidade e os plantios) e apoios institucionais pontuais às escolas das comunidades (doações de latões de coleta de lixo, mudas de árvores, etc.). Essas ações, embora estejam sendo implementadas, apresentam resultados pouco efetivos, que não estão proporcionais aos impactos identificados (concentração de terra; diminuição da oferta de emprego se comparada à agricultura e pecuária; êxodo rural; etc).				
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da			

	ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Tipo de avaliação do NCR	On-site <input checked="" type="checkbox"/> Desk Review <input type="checkbox"/>
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE
Informações obtidas para avaliação das evidências	PENDENTE
Situação do NCR	ABERTO
Comentários (opcional)	N/A.

6.4. Observações

Observações podem ser identificadas quando questões ou os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade, mas que o auditor considera que pode ser uma não conformidade futura, se ações não forem tomadas pelo EMF. Uma observação pode ser um sinal de aviso para um problema específico, se não tratada, podendo virar uma NCR no futuro (ou uma pré-condição ou condição na recertificação)

OBS # 01/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais – requisito 1.1.a.
Descrição das evidências encontradas: na análise realizada constatou-se que uma atualização da legislação havia sido informada pelo sistema CAL, mas não atualizada na rotina da empresa, o que gerou o descumprimento da legislação pertinente à erradicação de espécies exóticas invasoras nas áreas destinadas à conservação, APP e RL.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro. (Texto padrão recomendável)	

OBS # 02/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais – requisito 3.4.c.
Os principais resultados de monitoramentos ambientais são incluídos no resumo público do plano de manejo da Organização. Contudo, as informações apresentadas não representam os resultados obtidos na prática.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro. (Texto padrão recomendável)	

OBS # 03/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais – requisito 3.4.c.
Descrição das evidências encontradas: Há informações sobre aspectos sociais apresentados no Resumo	

Público do Plano de Manejo, mas elas não refletem os principais resultados obtidos na prática.
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro. (Texto padrão recomendável)

OBS # 04/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais – requisito 3.5.d.
A Organização monitora a ocorrência de pragas, doenças, incêndios, etc, conforme verificado durante entrevista com gestores de área e análise de documentos, contudo, não estabelece monitoramentos relativos às espécies invasoras presentes em suas áreas.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro. (Texto padrão recomendável)	

6.5. Conclusões de auditoria

Baseado na conformidade do EMF em relação aos princípios e critérios, a equipe de auditoria recomenda:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos <u>atendidos</u> , Certificação recomendada Mediante aceitação das NCRs aplicadas abaixo NCRs #01, 02 e 03/18
<input type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>não atendidos</u> : NCR(s) não atendida(s); suspensão req.
Comentários adicionais:	N/A
Problemas identificados como controversos ou de difícil avaliação.	N/A

ANEXO I – Escopo do EMF

(OBSERVAÇÃO: formulário a ser preenchido pelo cliente antes da auditoria. As informações devem ser verificadas pela equipe de auditoria).

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:

Nome Legal do EMF: Caravelas Florestal S.A.

1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: Individual

UMF Nome/Descrição	Área	Tipo de Floresta	Localização Latitude/Longitude ¹
Caravelas Florestal S.A.	26.909 ha	Plantation	17°45'59" S 39°55'36" W

2. Informação do EMF

Zona Florestal	Tropical
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	8.787 ha
- Plantação	16.240 ha
Margens de rios e corpos de água	Quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal

Área total certificada	26.909 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado. Total da área florestal no escopo do certificado	25.027 ha
a. Área de produção florestal	16.240 ha
b. Área florestal não produtiva	8.787 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	8.787 ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	0 ha
- Remanescentes florestais não produtivos	8.787 ha
2. Área não florestal (<i>ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.</i>)	1.882 ha

4. Espécies e taxa sustentável de colheita

Nome científico	Nome comum / comercial	Corte anual permitido	Safra atual (2018)	Safra projetada para o próximo ano
Eucalyptus grandis e Eucalyptus urophylla	Eucalipto	365.800 m3	145.719 m3	365.800 m3
		m3	m3	m3
		m3	m3	m3
		m3	m3	m3
Total		m3	m3	m3
Total estimado de produção anual de toras			145.719 m3	
Total estimado de produção anual produtos NTFPs certificado:			0 m3	

¹ Considerar o ponto central do EMF ou grupo, com um máximo de 5 casas decimais.

(lista de todos os NTFPs certificados por tipo de produção):	N/A m3	
5. Trabalhadores		
Número de trabalhadores incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários:		
Número total de trabalhadores	100 Trabalhadores (detalhe abaixo)	
- Do total de trabalhadores listados acima:	98 Homens	98 Homens
Número de acidentes graves	0	
Número de fatalidades	0	

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas
Lista de funcionários do EMF

Nome	Título	Contato	Tipo de participação
Adenilson Dias da Gama	Lider de turma	EMF	Entrevista
Admar de Oliveira Figueiredo	Operador de máquina	EMF	Entrevista
Alecssandro Paula de Jesu	Ajudante Florestal	EMF	Entrevista
Antonio Vieira da Silva	Operador de máquina	EMF	Entrevista
Clariston Aleixo de Paula	Ajudante Florestal	EMF	Entrevista
Darlan Oliveira Santos	Ajudante florestal	EMF	Entrevista
Ednaldo Nascimento Jesus	Ajudante florestal	EMF	Entrevista
Eliane Pinheiro Rocha	Analista RH	(73) 99985-4234	Entrevista
Elson Carlos Alves	Técnico de Segurança no Trabalho	Não informado	Entrevista
Eriomar de Jesus	Ajudante florestal	EMF	Entrevista
Fábio Júnior Gonçalo Santana	Operador de máquina	EMF	Entrevista
Felipe Augusto Sidorowski	Supervisor de pesquisa e inventário	EMF	Entrevista
Gilclenio Soares Souza	Ajudante florestal	EMF	Entrevista
Gilson Campos Ferreira	Ajudante florestal	EMF	Entrevista
Ildarlin Souza de Jesus	Operador de trator	EMF	Entrevista
Irineu Conceição Costa	Ajudante florestal	EMF	Entrevista
Ivaldino Dias Rocha	Supervisor operacional	EMF	Entrevista
Jair Conceição Gomes	Operador de máquina	EMF	Entrevista
João de Jesus Santos	Lider de turma	EMF	Entrevista
João marcos Oliveira de Souza	Ajudante Florestal	EMF	Entrevista
Jorge Cajazeira	Operador de máquina	EMF	Entrevista
Josué de Souza Pereira	Operador de máquina	EMF	Entrevista
Luciano Costa Correia	Lider de turma	EMF	Entrevista
Luíza Fernanda França Alves	Analista Socioambiental	(73) 3209-2671/9832-5221 luiza@caravelasflorestal.com.br	Entrevista e acompanhamento
Marcio Geromini	Gerente Florestal	marcio@caravelasflorestal.com.br	Entrevista
Naelson Pereira Santos	Ajudante florestal	EMF	Entrevista
Roberto Carlos Jesus Oliveira	Ajudante florestal	EMF	Entrevista
Rodrigo Santos Silva	Supervisor operacional	EMF	Entrevista
Ronaldo Rodrigo Lima	Ajudante florestal	EMF	Entrevista
Ronilton Souza de Jesus	Ajudante Florestal	EMF	Entrevista
Sidnei Rodrigues Cacique	Operador de máquina	EMF	Entrevista
Valmir Sampaio	Encarregado	EMF	Entrevista
Vilmar João	Operador de máquina	EMF	Entrevista
Wanderley Ferreira dos Santos	Operador de trator	EMF	Entrevista
Yuri Souza Porto	Operador de máquina	EMF	Entrevista

Lista de outros consultados

Nome	Organização	Contato	Tipo de participação	Resposta requerida ²
------	-------------	---------	----------------------	---------------------------------

² Para indicar se o interessado solicitou documentado acompanhar como os seus comentários foram abordadas durante a avaliação. TM deve fornecer resumo público aos interessados que solicitam documentados de seguimento dentro de 3 meses da reunião de

Ademar Santos de Souza	Prefeitura Ibirapuã (Administrador Vila Portela/Ibirapuã/BA)	73 99972-5960	Entrevista	Não
Aelson Ferreira da Costa	Associação de Moradores de Vila Portela (Presidente)	Não forneceu	Entrevista	Não
Andrea Alves Marques	Escola Municipal Maurina Oliveira Nascimento (Vila Juazeiro/Ibirapuã/BA)	Não forneceu	Entrevista	Não
Dijalma Pinto Cruz	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ibirapuã/BA (Secretário)	73 98106-7661 73 98192-4511 dijalmacruz@hotmail.com	Entrevista	Sim
Erivan Andrade Viana	Vila Portela/Ibirapuã/BA (Professor)	73 98186-1595 van100@hotmail.com	Entrevista	Sim
Fernando dos Santos Rezende	Vila Portela/Ibirapuã/BA (Morador)	73 99926-0395 marisaeheloisa@hotmail.com	Entrevista	Sim
Geraldo Almeida Cruz	Vila Portela/Ibirapuã/BA (Apicultor)	Não forneceu	Entrevista	Não
Paulo Arquelino Cajá	CD Transportes	Não disponibilizado	Entrevista	Não

encerramento.

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal usado para a auditoria, conforme exigência da ABNT NBR 14789:2012.

P & C	Conformidade: Sim, Não	Descrição do Atendimento dos requisitos da Norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados)	NCR/OBS (#)
Princípio 1: Cumprimento da Legislação			
1.1			
a)	Sim	<p>A organização possui um procedimento - PO.AD - 004 - Procedimento de Requisitos Legais e Outros Requisitos - Versão 02/2018 que aborda toda a sistemática de conhecimento e atendimento dos requisitos legais. O empreendimento tem contrato com o Sistema Cal, que é uma consultoria com plataforma digital (on line) por meio da qual mantém atualizada toda a legislação pertinente a sua atividade. Esse sistema foi desenhado com base na atividade da empresa que a mantém mantida atualizada acerca da legislação federal, estadual e dos municípios nos quais tem atuação. Essa atualização é mensal e considera toda a legislação pertinente à sua atuação.</p> <p>Na análise realizada constatou-se que uma atualização da legislação havia sido informada pelo sistema CAL, mas não atualizada na rotina da empresa, o que gerou o descumprimento da legislação pertinente à erradicação de espécies exóticas invasoras nas áreas destinadas à conservação, APP e RL. OBS #01/18</p>	OBS #01/18
b)	Sim	<p>A Organização demonstrou o cumprimento com as leis e regulamentos aplicáveis. Foram apresentados os Recibos de Inscrição de Imóveis Rurais no Cadastro Ambiental Rural, para a amostra das fazendas visitadas em campo. Foram também apresentadas Certidões Negativas de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo Contribuição Previdenciária, de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS. (1.2.CND RFB PGFN E CONTR. PREV.; Certidão Débitos Trabalhistas Klabin (Val 30122017); Certidão Regularidade - FGTS Matriz; CAR)</p> <p>Foram apresentadas licenças ambientais válidas das fazendas visitadas. No caso das pendências junto ao órgão competente, a Organização possui os protocolos de entrega e estão acompanhando os processos. (Licenças).</p>	N/A
1.2			
a)	Sim	<p>Conforme entrevista aos Departamentos jurídicos e fundiários foi evidenciado que a organização não possui nenhuma situação em que faz uso de terras de posse ou direitos legais ou usos costumários de comunidades locais.</p>	N/A

b)	Sim	<p>A Organização apresentou a planilha “Base de Priorização Socioeconômica” (Rev. 03), que caracteriza as comunidades quanto às variáveis “tipo de localidade” (rural, urbana, urbana), “aspecto fundiário”, “segurança fundiária”, “acesso viário”, “transporte público”, “energia elétrica”, “acesso à água”, “esgoto”, “lixo”, “escola fundamental” e “unidade básica de saúde”. O mapa “Polígono Caravelas Florestal - Áreas Diretamente Afetadas” apresenta a localização das comunidades, especificando as que estão inseridas no <i>buffer</i> de 3 km, considerado como “área diretamente afetada”.</p>	N/A
c)	Sim	<p>A UMF da Caravelas é composta por 84 imóveis rurais distribuídos em 4 municípios do estado da Bahia, Mucuri, Ibirapuã, Nova Viçosa e Caravelas. Dessas 84 áreas 79 estão matriculadas em cartório de registro de imóveis, com títulos ainda vinculados aos proprietários anteriores. Cinco dessas áreas, que na auditoria para certificação em 2014, possuíam títulos de posse passaram por um processo de regularização fundiária e obtiveram escritura pública de seção de direitos de posse e benfeitorias a partir do Estado em nome da Caravelas Florestal.</p> <p>Atualmente 100% dos imóveis já tiveram o georreferenciamento executado em campo, sendo que desses 89% já tem o georeferenciamento certificado junto ao INCRA. 58% das propriedades tiveram o certificado do georreferenciamento protocolados em Cartório e 24% das propriedade já possuem certificados averbados em matrícula. Todos os imóveis já estão cadastradas no CAR e Cefir.</p>	N/A
d)	Sim	<p>O EMF apresentou um procedimento de resolução de conflitos prevendo a negociação com as partes afetadas (documento “Manual de Gestão Social - MG.SO-001”, revisão 07) e o PO.AD - 002, revisão 03 (Tratamento de ocorrências Patrimoniais de Imóveis Rurais).</p> <p>Durante a pré-avaliação foi identificada a existência de um conflito fundiário na Fazenda Peruíbe (área 610), acerca de aproximadamente 87 hectares por uma família que utilizava a área para pecuária. A família se considerava injustiçada pela forma como ocorreu a venda inicial de seus direitos, pelos quais declara não ter recebido os valores devidos. O processo foi julgado e houve ganho de causa por parte da Fibria - Unidade Aracruz, inclusive com mandado de reintegração de posse, que não havia sido executado no momento da pré-avaliação.</p> <p>Entre a pré-avaliação e a avaliação principal houve a execução do mandado de reintegração de posse de forma pacífica. A área foi mantida em pousio por aproximadamente 3 anos, com vigilância reforçada e, nesse período, foi transmitida à Caravelas Florestal para estabelecimento do manejo florestal. As atividades de manejo executadas pela Caravelas tiveram início em meados de fevereiro de 2016 estando atualmente com plantios de 2 anos de idade. Desde</p>	N/A

		então não ocorreram mais reivindicações por parte da família, não sendo constatada nenhuma outra novidade a respeito. No dia 28 de abril de 2018 houve uma invasão da Área 013, talhão 06 por parte do Movimento dos Sem Terra (MST), que reivindicava a área para ocupação. Imediatamente o empreendimento acionou o setor jurídico que conseguiu reintegração de posse para o dia seguinte à invasão. No entanto paralelamente o gestor florestal comparece à área, se reuniu com a liderança do movimento e conseguiu negociar a saída passífica antes mesmo da apresentação do documento de reintegração obtido pelo setor jurídico um dia depois da invasão. Foi estabelecido acordo e dado apoio aos invasores para sua saída espontânea da área que acabou ficando ocupada por somente 2 dias.	
e)	Sim	Conforme entrevista aos Departamentos jurídicos e fundiários foi evidenciado que a organização não possui nenhuma situação em que faz uso de terras de posse ou direitos legais ou usos costumários de comunidades locais.	N/A
1.3.			
a)	Sim	Para comprovação da regularidade em relação a os pagamentos, encargos, impostos e outros débitos, foi realizada uma ampla amostragem em certidões negativas de débito. Foram verificadas certidões da Justiça Estadual e Federal, Justiça do Trabalho, Ibama, Cartório de Protestos, INSS, FGTS e Certidões de regularidades municipais.	N/A
b)	Sim	A organização além de demonstrar o conhecimento da legislação referente à OIT apresentou uma planilha (OIT - Análise de Acordos Internacionais Ratificados pelo Brasil) onde faz um resumo da correlação das convenções com a legislação aplicável.	N/A
c)	Sim	Para comprovação da regularidade em relação a os pagamentos, encargos, impostos e outros débitos, foi realizada uma ampla amostragem em certidões negativas de débito. Foram verificadas certidões da Justiça Estadual e Federal, Justiça do Trabalho, Ibama, Cartório de Protestos, INSS, FGTS e Certidões de regularidades municipais.	N/A
d)	Sim	Durante auditoria de campo nas frentes de trabalho, análise documental e em entrevistas com trabalhadores das poucas EPS que atendem o empreendimento foi evidenciado o cumprimento legal na totalidade da amostragem.	N/A
e)	Sim	A Organização demonstrou que implanta um programa de gestão de saúde e segurança robusto e efetivo, com poucas ocorrências em campo (acompanhamento de acidentes e incidentes; visitas de campo, entrevista aos trabalhadores e entrevistas às equipes técnicas; PL.EM – 001 – Plano de Controle de Emergência – Rev. 06). Existe um programa de treinamento de saúde e segurança que inclui conteúdos especiais conforme as necessidades de cada	N/A

		função, bem como diálogos diários de segurança que atendem às demandas do dia-a-dia de trabalho (registros de treinamento de trabalhadores entrevistados, registros de incidentes nas frentes de trabalho como orientação de temas de treinamento diário às frentes).	
Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade			
2.1			
a)	Sim	A Organização conta com procedimentos que identificam os aspectos ambientais sob sua influência e determinam os impactos advindos de suas atividades. Tais impactos estão caracterizados e há medidas mitigadoras implantadas, conforme apresenta o documento “PO.MA - 002 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS - REV 06 de 01.ABR.2018.pdf”, que descreve a metodologia para elaboração da planilha de aspectos e impactos (PO.MA - 006 MATRIZ DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS - Rev 08 de 14.MAI.2018.xls) e explica as definições aplicadas para se chegar a um nível de significância que irá incorrer em ações preventivas ou mitigadoras.	N/A
b)	Sim	Há evidências de que as espécies florestais são adequadas para os usos finais pretendidos, conforme observações de campo acerca das condições dos reflorestamentos, histórico da região, e produtividade apontada no plano de manejo da Organização, em seu anexo 1 (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf).	N/A
c)	Sim	Os resíduos provenientes da operação de colheita são mantidos no local melhorando as condições do solo e minimizando a ação da erosão.	N/A
d)	Sim	Foram apresentados vários procedimentos referentes às atividades de silvicultura, colheita, cadeia de custódia, saúde, segurança, meio ambiente e outros, que estão disponíveis aos trabalhadores. Por meio de entrevistas com os trabalhadores, foi constatado que estes possuem treinamento sobre os procedimentos, de forma a garantir a execução das atividades conforme descrito no plano de manejo.	N/A
e)	Sim	Os resíduos provenientes da operação de colheita são mantidos no local melhorando as condições do solo e minimizando a ação da erosão.	N/A
f)	Sim	Todos os procedimentos avaliados possuem a indicação dos responsáveis pelas etapas do manejo florestal.	N/A
2.2			
a)	Sim	Durante o processo de auditoria foi analisado o documento “PL.SG - 001 - PLANO DE MANEJO FLORESTAL - 08/05/2018” revisão 13 do PMF. Item a) A descrição das áreas manejadas são apresentadas no item 3, páginas 6 e 7, além do item 4, página 11, 12, 13 e 14 que descrevem a situação sócio-econômica das áreas adjacentes e nas	N/A

		<p>páginas de 15 a 24 que apresentam a descrição do meio físico e biológico bem como as limitações ambientais e características históricas regionais.</p> <p>Na página 7 é apresentado um mapa com a distribuição das fazendas da empresa e a sua distribuição na região, englobando os municípios de Nova Viçosa, Mucuri, Ibirapuã e Caravelas, sul do estado da Bahia.</p> <p>Item b) é apresentado no item 7.2.4, páginas 29 a 41.</p> <p>Item c) O item 7.2 a páginas 26 e 27 apresentam o planejamento florestal de médio e longo prazo e descreve a determinação das taxas de colheita.</p> <p>A seleção de material genético e justificativas são apresentados no item 8.1, página 42.</p> <p>Item d) a descrição das áreas de especial interesse, incluindo aquelas que contém espécies raras e ameaçadas estão descritas no item 9.3, páginas de 50 a 53, que descrevem também as medidas de proteção.</p> <p>Item e) descrito no item 3, páginas 5, 6 e 7.</p> <p>Item f) o item 9.2.1, páginas 48, 49 e 50 descreve as práticas e controles sócioambientais.</p> <p>Item g) é apresentado na página 28, item 7.2.2.</p> <p>h) Os sistemas de monitoramento abrangem os requisitos dos critérios 8.2 e 10.8, estando indicados no PMF, item 13, página 69 - Plano de Monitoramento e Resultados.</p> <p>i) Estão caracterizadas as comunidades, sendo esse aspecto informado e tratado no PMF, página 61, item 10.6 - Atualização Cadastral e Caracterização das Bases e Apoio Sociais.</p> <p>j) Estudos específicos analisados não apontam a presença de locais de especial significado ecológico, econômico ou religioso nas áreas da organização.</p>	
b)	Sim	Todos os procedimentos avaliados possuem a indicação dos responsáveis pelas etapas do manejo florestal.	
c)	Sim	Na página 4, o item 2.1 descreve que as informações contidas neste Plano de Manejo são revisadas pelo menos uma vez por ano ou quando ocorrem mudanças significativas em sua gestão e com o objetivo de incorporar os resultados dos monitoramentos realizados e de novas informações científicas e técnicas ao manejo florestal. De acordo com as características específicas da UMF, alguns documentos que constituem o PMF podem sofrer atualização no início ou durante as operações de manejo, sendo eles: Mapas, Licenças, Autorizações e o Programa Operacional de Corte. A atualização desses documentos decorre da incorporação de resultados de estudos, monitoramentos, desenvolvimentos e Análises de Impactos Ambientais realizadas.	N/A
d)	Sim	O PMF e o resumo do PMF descrevem os principais monitoramentos que a Organização realiza, bem como os principais resultados deles	N/A

		obtidos, referentes a Produção Florestal; Mudança na Composição da Flora e da Fauna; Recursos edafoclimático; Pragas, doenças e Incêndios; Impactos Sociais do Manejo Florestal; Custos, Produtividade e Eficiência do Manejo Florestal.	
e)	Sim	A segunda página do resumo público do plano de manejo florestal apresenta os objetivos do manejo florestal do EMF que é o de Disponibilizar para as partes interessadas internas e externas uma síntese das suas operações florestais, assim como apresentar as estratégias e ações em linha com o desenvolvimento do negócio florestal renovável. Para atingi-lo, a empresa maneja sua base florestal considerando aspectos legais, ambientais, técnicos, científicos, econômicos, sociais e políticos, buscando promover o equilíbrio ambiental, minimizando ao máximo seus impactos e potencializando o bem-estar social e econômico. Evidenciou-se que o resumo do plano de manejo de 2017 está finalizado e aprovado pela certificadora. Foi apresentado o esquema de distribuição do resumo público do plano de manejo às partes interessadas mapeadas como relevantes pelo EMF. O resumo também está disponível na página da internet do empreendimento.	N/A
f)	Sim	O EMF apresentou a lista de presença dos treinamentos realizados em relação à implementação do plano de manejo, incluindo cuidados ambientais relativos às atividades.	N/A
g)	Sim	A Organização promove o Programa de Qualidade de Vida e Saúde, que engloba campanhas sobre temas de saúde, voltadas a trabalhadores e a moradores das comunidades afetadas, envolvendo ações como: Palestra sobre saúde da mulher, Café com saúde (palestras e aferição de pressão e glicose e zumba), Prevenção contra o câncer de mama e de próstata.	N/A
h)	Sim	Com base nos resultados das análises dos remanescentes naturais, a Organização adota medidas que conservam ou aumentam a biodiversidade, como aquelas descritas no item 3.1. do documento "MG.MA - 002 MANEJO E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS - Rev 06 de 07.MAI.2018.pdf". Aos locais identificados como necessitados de restauração, aplica-se o cronograma de execução e controle "Atualização Cadastral e Restauracao_CF ate fev18_disponib 05-04-18.xls", onde estão descritas as estratégias adotadas para cada local e o status de sua execução.	N/A
2.3			
a)	Sim	De acordo com as características específicas da UMF, alguns documentos que constituem o PMF podem sofrer atualização no início ou durante as operações de manejo, são eles: Mapas, Licenças, Autorizações e o Programa Operacional de Corte. A atualização desses documentos decorre da incorporação de	N/A

		resultados de estudos, monitoramentos, desenvolvimentos e Análises de Impactos Ambientais realizadas. O PMF é revisado anualmente ou sempre que julgado necessário pela Gestão Florestal.	
b)	Sim	Foram apresentados vários procedimentos referentes às atividades de silvicultura, colheita, cadeia de custódia, saúde, segurança, meio ambiente e outros, que estão disponíveis aos trabalhadores. Por meio de entrevistas com os trabalhadores, foi constatado que estes possuem treinamento sobre os procedimentos, de forma a garantir a execução das atividades conforme descrito no plano de manejo. A periodicidade estabelecida para as revisões do plano de manejo florestal está compatível com a escala e intensidade do manejo desenvolvido pelo empreendimento.	N/A
c)	Sim	Os procedimentos incorporam resultados de experiências, testes ou pesquisas realizadas na região, conforme vistorias de campo, entrevistas com gestores e análise documental. Como exemplo, tem-se o combate à formigas, modificado com redução de quantidade aplicada em função de testes internos realizados.	N/A
d)	Sim	Foram apresentados registros dos treinamentos pertinentes às operações para diferentes funções.	
e)	Sim	O EMF apresentou a lista de presença dos treinamentos realizados em relação à implementação do plano de manejo, incluindo cuidados ambientais relativos às atividades. A segunda página do resumo público do plano de manejo florestal apresenta os objetivos do manejo florestal do EMF que é o de Disponibilizar para as partes interessadas internas e externas uma síntese das suas operações florestais, assim como apresentar as estratégias e ações em linha com o desenvolvimento do negócio florestal renovável. Para atingi-lo, a empresa maneja sua base florestal considerando aspectos legais, ambientais, técnicos, científicos, econômicos, sociais e políticos, buscando promover o equilíbrio ambiental, minimizando ao máximo seus impactos e potencializando o bem-estar social e econômico. Evidenciou-se que o resumo do plano de manejo de 2017 está finalizado e aprovado pela certificadora.	N/A
f)	Sim	De acordo com as características específicas da UMF, alguns documentos que constituem o PMF podem sofrer atualização no início ou durante as operações de manejo, são eles: Mapas, Licenças, Autorizações e o Programa Operacional de Corte. A atualização desses documentos decorre da incorporação de resultados de estudos, monitoramentos, desenvolvimentos e Análises de Impactos Ambientais realizadas. O PMF é revisado anualmente ou sempre que julgado necessário pela Gestão Florestal.	N/A
g)	Sim	A Organização contribui com atividades de pesquisa e coleta de	N/A

		dados necessários ao manejo florestal sustentável e apoia atividades de pesquisa relevantes realizadas por outras organizações ao receber estagiários e ceder suas áreas para coleta de dados, além de ser membro de grupos como o PCCF.	
2.4			
a)	Sim	A organização possui procedimento que descreve o que deve ser observado na cadeia de custódia de produtos florestais certificados. Neste documento também são apresentadas as definições, identificações, locais de armazenamento e processamento destes produtos na UMF até a transferência de posse legal do produto (porta da floresta), de forma a possibilitar o rastreamento do produto à sua origem (PO.AD - 003 - Cadeia de Custódia Florestal - revisão 3 - 09/05/2018).	N/A
b)	Sim	A organização conta com um cadastro florestal, cujo objetivo é disponibilizar informações que auxiliem na gestão das áreas florestais e das áreas não comerciais da empresa (estradas, benfeitorias, áreas de preservação permanente e de reserva legal). A organização possui instrução de trabalho documentada que descreve os procedimentos que devem ser observados na cadeia de custódia de produtos florestais certificados. Neste documento também são apresentadas as definições, identificações, locais de armazenamento e processamento destes produtos na UMF até a transferência de posse legal do produto (porta da floresta), de forma a possibilitar o rastreamento do produto à sua origem (PO.AD - 003, Cadeia de Custódia Florestal, revisão 03, 09/05/2018).	N/A
c)	Sim	O EMF possui um contrato firmado com a Fibria. O procedimento PO.AD - 003, Cadeia de Custódia Florestal, revisão 03, 09/05/2018 prevê o fornecimento de madeira em pé de eucalipto, definindo a porta da floresta no item 2.4 – Porta da Floresta desse procedimento. O EMF define como única Porta da Floresta a madeira em pé das suas propriedades, inseridas no escopo de certificação de Manejo Florestal. Esta madeira é vendida ao cliente, responsável pela atividade de colheita e transporte.	N/A
d)	Sim	A organização possui procedimento que descreve o que deve ser observado na cadeia de custódia de produtos florestais certificados. Neste documento também são apresentadas as definições, identificações, locais de armazenamento e processamento destes produtos na UMF até a transferência de posse legal do produto (porta da floresta), de forma a possibilitar o rastreamento do produto à sua origem (PO.AD - 003 - Cadeia de Custódia Florestal - revisão 3 - 09/05/2018).	N/A
e)	Sim	A organização conta com um cadastro florestal, cujo objetivo é disponibilizar informações que auxiliem na gestão das áreas florestais e das áreas não comerciais da empresa (estradas, benfeitorias, áreas de preservação permanente e de reserva legal). A	N/A

		organização possui instrução de trabalho documentada que descreve os procedimentos que devem ser observados na cadeia de custódia de produtos florestais certificados. Neste documento também são apresentadas as definições, identificações, locais de armazenamento e processamento destes produtos na UMF até a transferência de posse legal do produto (porta da floresta), de forma a possibilitar o rastreamento do produto à sua origem (PO.AD - 003, Cadeia de Custódia Florestal, revisão 03, 09/05/2018).	
Princípio 3: Zelo pela diversidade Biológica			
3.1			
a)	Sim	Existe um programa implementado para ampliação da base genética. A Organização possui 20 clones em testes clonais próprios, conforme entrevista junto ao gestor da área e análise do documento "ESCOLHA_MATERIAL_GENETICO_ABR2018.pdf".	N/A
b)	Sim	Há experiência prévia no local comprovando o potencial de produção florestal do material genético utilizado, para o objetivo desejado. Trata-se de região consolidada para a cultura do eucalipto, tendo as áreas da Organização sido adquiridas de uma grande empresa do setor, há anos estabelecida na região. Ainda, os materiais genéticos utilizados são originários da referida empresa, ou seja, amplamente testados.	N/A
c)	Sim	Há um programa implementado de avaliação contínua de material genético alternativo, conforme entrevista junto ao gestor da área e análise do documento "ESCOLHA_MATERIAL_GENETICO_ABR2018.pdf".	N/A
d)	Sim	A Organização não faz uso de organismos geneticamente modificados em áreas de pesquisa ou em florestas plantadas comerciais, conforme análise documental, vistorias de campo e item 7.3.2. do plano de manejo (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf).	N/A
3.2			
a)	Sim	Plantios florestais e obras de infraestrutura são estabelecidos em áreas já antropizadas, conforme evidências de não conversão de áreas apresentadas no indicador 3.2.h., ampla vistoria de campo e entrevista com gestores. A Organização não emprega medidas de construção e manutenção de estradas que considerem a prevenção, minimização e mitigação dos impactos negativos aos solos. Em campo, foram verificados diversos casos de erosões em estradas sob gestão da Organização (municipais ou não), obras de arte com problemas ou insuficientes para minimizar erosões. Analisando-se os procedimentos operacionais, constatou-se que estes não possuem recomendações técnicas adequadas e os planos de ação para adequação não consideram uma rotina de priorização em função de criticidade para atender a todos os projetos.	NCR #01/18

		Hoje a Organização conta com somente uma frente operacional de estradas, sem condições de realizar estruturas de conservação. Alguns exemplos de locais problemáticos observados são: região de Belo Cruzeiro, projeto 356, entre talhões 24 e 25; projeto 356, estrada talhão 013; estradas municipais em Juazeiro em áreas sob gestão da Organização; projeto 632, passagem molhada com carreamento de sedimentos devido à erosão (NCR #01/18) .	
b)	Sim	A disposição e delineamento das plantações florestais estão intercaladas com a vegetação de ocorrência natural, contribuindo para a formação de corredores ecológicos, para a fauna estabelecida e migratória. A Organização planeja a distribuição de talhões das plantações e a manutenção da cobertura vegetal nativa levando em consideração a disposição e o formato dos corpos d'água, bem como dos remanescentes naturais contidos na unidade de manejo florestal. A Organização não converte áreas naturais em áreas produtivas e tem áreas de preservação permanente demarcadas em campo e adequadamente mapeadas	N/A
c)	Sim	Os habitats e espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção estão devidamente mapeados, conforme documentos "RT CICLO 021-17 - Avifauna.pdf" (pag 53) e "Relatório Final – FLORA.pdf".	N/A
d)	Sim	O EMF conta com uma equipe de monitores florestais que fazem rondas sistematizadas, avaliando vigilância patrimonial, aspectos ambientais, sociais e operacionais, tais como ocorrência de pragas e doenças, incêndios, resíduos, etc. Existem também os vigilantes que fazem rondas nas áreas identificadas como mais críticas, sendo essas inspeções direcionadas à vigilância patrimonial. Além deles, os demais funcionários, tais como supervisores e encarregados apontam ocorrências florestais diversas quando presenciadas. O empreendimento conta ainda com o sistema de vigilância em torres integradas às torres das outras empresas da região e outras medidas preventivas como a instalação de cercas, placas indicativas, porteiras e mantém diálogos com os vizinhos, com os quais também estabelece agenda para as palestras do Programa Ambiente Florestal Sustentável (PAFS) nas quais são abordados temas relativos aos incêndios florestais, ocorrência de pragas e doenças florestais, presença de gado nas áreas destinadas à conservação, caça, roubo de madeira, dentre outras atividades não autorizadas.	N/A
e)	Sim	Foi evidenciada a não ocorrência de sítio de especial significado. O estudo "Avaliação para identificação de Áreas de Alto Valor de Conservação, abril 2018" realizou uma atualização da verificação sobre áreas e sítios de alto valor de conservação e especial significado (considerando os critérios relativos a áreas de importância para "necessidades das comunidades" e "cultural") e afirma que não foram evidenciados "áreas, recursos, habitats e paisagens de especial significado cultural, arqueológico, histórico,	N/A

		(...), de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa crítica para a cultura tradicional de comunidades locais, populações tradicionais, identificadas em cooperação com estas comunidades e populações” (tabela esquemática, p.26). O documento “MG.SO -001 – Manual de Gestão Social” (Rev.07) estabelece que as “Áreas de Interesse Comunitário e Comunidades Tradicionais” devem ser identificadas “a qualquer tempo, por observação direta ou outras fontes de informação”, servindo de base de atualização para registros e bases cartográficas.	
f)	Sim	A identificação das unidades de conservação existentes na área de influência do empreendimento é realizada anualmente pela área socioambiental da Organização, conforme metodologia apresentada no item 9.3.6. de seu plano de manejo (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf) e verificada durante entrevistas.	N/A
g)	Sim	A Organização adota ações para recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal que estejam degradadas. Durante vistorias de campo, foram vistoriadas diversas áreas em recuperação através do enriquecimento de plantio. O documento “Análise de imagens – Revegetação.pdf” apresenta um histórico de imagens contendo “antes e depois” das atividades de restauração em diversos pontos da Organização, evidenciando a adequação das técnicas aplicadas.	N/A
h)	Sim	A organização apresentou documento de análise da evolução temporal de imagem de suas fazendas e demais documentos referentes, que realizam uma análise comparativa multi-temporal do estado de conservação das florestas nativas em suas fazendas, demonstrando a não conversão em plantações ou qualquer outra modalidade de uso do solo, áreas de alto valor de conservação, florestas primárias ou em estágio avançado de regeneração e outros ecossistemas não florestais que apresentem conservados seus atributos naturais típicos.	N/A
i)	Sim	A organização considera a conversão de terras agrícolas abandonadas em florestas toda vez que possa trazer benefícios econômicos, ecológicos, sociais e/ou culturais. Com base nas análises apresentadas pela organização e durante auditoria de campo não foram identificados plantios em áreas de conversão.	N/A
3.3			
a)	Sim	Há na Organização um plano integrado de manejo de pragas e doenças, onde realiza-se o monitoramento e controle de formigas cortadeiras, mato-competição e/ou de outras pragas e doenças florestais significativas. Este plano compreende parte do plano integrado de proteção florestal, descrito no item 7.3.3.3. do plano de manejo da Organização (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf).	N/A

b)	Sim	A Organização possui sistema de prevenção, vigilância e controle de incêndios florestais, conforme detalhadamente descrito no item 11.2.1. do plano de manejo da Organização (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf) e descrito pelo gestor da área durante entrevista.	N/A
c)	Sim	A Organização realiza o monitoramento e registro de condições meteorológicas e de pragas e doenças. O controle de mato competição é baseado em análise visual do supervisor de campo, que, mediante o nível de infestação, solicita atividades de controle. O monitoramento de formigas e demais pragas e doenças é realizado por empresa contratada, conforme procedimento operacional "PO.OP - 004 MONITORAMENTOS - Rev. 04 de 30.04.2018.pdf". Os registros são realizados na planilha eletrônica "MONITORAMENTO_FORMIGAS.xls" e resultam em decisão de recomendação de controle. Na coluna "D" desta planilha, está apresentada a área total monitorada contraposta à área de efetivo controle. Quanto às condições meteorológicas, estas fazem parte do plano de monitoramentos apresentado no Anexo 1 do plano de manejo (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf), tendo indicadores como temperatura, pluviosidade e radiação. Registros foram verificados durante entrevista junto ao responsável técnico.	N/A
d)	Sim	Há evidências de procedimentos visando a minimização do emprego de produtos químicos no controle de pragas e doenças. O principal produto químico utilizado pela Organização é a Sulfloramida, em formato de iscas, para controle de formigas. Melhorias relativas à tecnologia de aplicação mecanizada permitiram, a partir deste mês, a implantação de metodologia de combate sistemático com redução de 1kg/ha de formicida, conforme análise documental e entrevista com gestores da área. Para o controle de plantas daninhas, a Organização faz uso de herbicidas químicos, e vem estudando alternativas tanto em termos de produtos como em termos de quantidades de ingrediente ativo, conforme evidencia o documento "Experimento CAR025.pdf".	N/A
e)	Sim	A Organização adota medidas de controle de pragas e doenças diversas ao uso de produtos químicos, quando possível. Em termos silviculturais, a proteção das áreas de preservação permanente e a heterogeneidade de idades e materiais genéticos entre os talhões favorece a presença de inimigos naturais e colabora com o equilíbrio da fauna local. Estratégias relativas ao uso de materiais genéticos resistentes às doenças também são adotadas. No caso da lagarta desfolhadora <i>Thyrinteina arnobia</i> , o controle é realizado pela aplicação de esporos de <i>Bacillus thuringiensis</i> , sendo a Organização membro dos grupos PROTEF e PCCF.	N/A
3.4			

a)	Sim	Há levantamentos fitossociológicos e estudos da estrutura dos vegetais nativos remanescentes. O item 6.2. do plano de manejo (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf) descreve o meio biótico das áreas sob influência da Organização e referencia a localização de informações específicas obtidas em levantamentos e monitoramentos por ela realizados, como aqueles de flora e fauna (“Relatorio Final – FLORA.pdf” e “RT CICLO 021-17 - Avifauna.pdf”).	N/A
b)	Sim	Há levantamentos periódicos suficientes para detectar desequilíbrios na composição da fauna silvestre local. A Organização determina em seu plano de monitoramentos, descrito no anexo 1 de seu plano de manejo (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13), que realizará estudos de composição, estrutura e diversidade da fauna local a cada 3 anos.	N/A
c)	Sim	Os principais resultados de monitoramentos ambientais são incluídos no resumo público do plano de manejo da Organização (Caravelas Florestal_ Resumo Plano de Manejo Rev 07.MAI.2018.pdf). Contudo, as informações apresentadas não representam os resultados obtidos na prática (OBS #02/18). Há informações sobre aspectos sociais apresentados no Resumo Público do Plano de Manejo, mas elas não refletem os principais resultados obtidos na prática (OBS #03/18).	OBS #02/18 OBS #03/18
d)	Sim	Conforme relata o plano de manejo da Organização (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf), as listagens de espécies, tanto de fauna quanto de flora, encontradas nas áreas de manejo estão disponíveis em planilha eletrônica com indicação do grau de ameaça enfrentado pelas espécies em nível mundial, nacional e regional. Tal listagem foi verificada durante entrevista com gestor da área.	N/A
3.5			
a)	Sim	A Organização possui mapas e croquis que indicam as áreas de preservação permanente e reserva legal, conforme apresentado no documento “MAPA ESTÁGIOS SUCESSIONAIS DE VEGETAÇÃO.pdf”. Tais remanescentes estão devidamente caracterizados no plano de manejo da Organização e em seus levantamentos de fauna e flora (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf; RT CICLO 021-17 - Avifauna.pdf; Relatorio Final – FLORA.pdf). Durante vistorias de campo foram utilizados mapas que corroboraram as informações citadas.	N/A
b)	Não	As práticas silviculturais ou procedimentos que visam a proteção, restauração e manutenção de áreas de relevante interesse ecológico apresentaram-se insuficientes durante vistorias de campo, sugerindo insuficiência do sistema de monitoramento existente (monitores, vigias, supervisores com talão de notas, etc). A Organização conta com uma planilha de controle de registros	NCR #02/18

		<p>(REGISTRO_DE_OCORRENCIAS_DIVERSAS_2016_2017_2018.xls), onde devem constar as ocorrências ambientais verificadas em campo. Contudo, esta não menciona as seguintes ocorrências verificadas <i>in loco</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto 750. Erosão em área de remanescente. Aparente área de lazer, com colocação de sacos de areia para represar água e resíduos (lixo) depositados no local. Ausência de vegetação; - Projeto 356: entre talhões 024 e 025. Área de remanescente natural. Pegadas e fezes de gado até o curso d'água. Mudas derrubadas pelo gado e intensa erosão; - Várias estradas abertas sem necessidade cujo bloqueio favoreceria a sua recuperação. <p>(NCR #02/18)</p>	
c)	Sim	<p>Há medidas e planos de conservação de áreas de refúgio ou reprodução da fauna silvestre. Ações preventivas, como a instalação de cercas no perímetro externo de todo o projeto, placas de entrada nos talhões, placas informativas internas, torras de vigilância e caminhonetes de brigadistas, são tomadas. Ainda, há ações corretivas, como registro de boletins de ocorrência. O documento "PO.OP - 003 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO FLORESTAL - Rev. 04 de 30.04.2018.pdf" lista diversas ações nesse sentido, além daquelas diretamente relacionadas às operações de manejo, descritas nos procedimentos operacionais correlatos.</p>	N/A
d)	Sim	<p>A Organização monitora a ocorrência de animais invasores, conforme verificado durante entrevista com gestores de área e análise de documentos (CF_Registro de Ocorrências_Incêndio_Pragas_20.05.2018.xls), contudo, não estabelece monitoramentos relativos às plantas invasoras presentes em suas áreas (OBS #04/18).</p>	OBS #04/18
3.6			
a)	Sim	<p>Conformidade com o indicador: Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input type="checkbox"/></p> <p>O EMF conta com uma equipe de monitores florestais que fazem rondas sistematizadas, avaliando vigilância patrimonial, aspectos ambientais, sociais e operacionais, tais como ocorrência de pragas e doenças, incêndios, resíduos, etc. Existem também os vigilantes que fazem rondas nas áreas identificadas como mais críticas, sendo essas inspeções direcionadas à vigilância patrimonial. Além deles, os demais funcionários, tais como supervisores e encarregados apontam ocorrências florestais diversas quando presenciadas. O empreendimento conta ainda com o sistema de vigilância em torres integradas às torres das outras empresas da região e outras medidas preventivas como a instalação de cercas, placas indicativas, porteiras e mantém diálogos com os vizinhos, com os quais também estabelece agenda para as palestras do Programa Ambiente</p>	N/A

		Florestal Sustentável (PAFS) nas quais são abordados temas relativos aos incêndios florestais, ocorrência de pragas e doenças florestais, presença de gado nas áreas destinadas à conservação, caça, roubo de madeira, dentre outras atividades não autorizadas.	
b)	Sim	<p>Conformidade com o indicador: Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input type="checkbox"/></p> <p>O EMF conta com uma equipe de monitores florestais que fazem rondas sistematizadas, avaliando vigilância patrimonial, aspectos ambientais, sociais e operacionais, tais como ocorrência de pragas e doenças, incêndios, resíduos, etc. Existem também os vigilantes que fazem rondas nas áreas identificadas como mais críticas, sendo essas inspeções direcionadas à vigilância patrimonial. Além deles, os demais funcionários, tais como supervisores e encarregados apontam ocorrências florestais diversas quando presenciadas. O empreendimento conta ainda com o sistema de vigilância em torres integradas às torres das outras empresas da região e outras medidas preventivas como a instalação de cercas, placas indicativas, porteiros e mantém diálogos com os vizinhos, com os quais também estabelece agenda para as palestras do Programa Ambiente Florestal Sustentável (PAFS) nas quais são abordados temas relativos aos incêndios florestais, ocorrência de pragas e doenças florestais, presença de gado nas áreas destinadas à conservação, caça, roubo de madeira, dentre outras atividades não autorizadas.</p>	N/A
c)	Sim	Há medidas de favorecimento à procriação e movimentação da fauna silvestre local. Durante vistorias de campo, ficou clara a integração das áreas de remanescentes naturais na Organização, tendo as mesmas características verificadas nas demais áreas da região. O empreendimento encontra-se entremeado por grandes áreas florestais de outras empresas, e, portanto, por seus remanescentes naturais.	N/A
d)	Sim	<p>Conformidade com o indicador: Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input type="checkbox"/></p> <p>O EMF conta com uma equipe de monitores florestais que fazem rondas sistematizadas, avaliando vigilância patrimonial, aspectos ambientais, sociais e operacionais, tais como ocorrência de pragas e doenças, incêndios, resíduos, etc. Existem também os vigilantes que fazem rondas nas áreas identificadas como mais críticas, sendo essas inspeções direcionadas à vigilância patrimonial. Além deles, os demais funcionários, tais como supervisores e encarregados apontam ocorrências florestais diversas quando presenciadas. O empreendimento conta ainda com o sistema de vigilância em torres integradas às torres das outras empresas da região e outras medidas preventivas como a instalação de cercas, placas indicativas, porteiros e mantém diálogos com os vizinhos, com os quais também estabelece agenda para as palestras do Programa Ambiente Florestal Sustentável (PAFS) nas quais são abordados temas relativos aos</p>	N/A

		incêncios florestais, ocorrência de pragas e doenças florestais, presença de gado nas áreas destinadas à conservação, caça, roubo de madeira, dentre outras atividades não autorizadas.	
Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar			
4.1			
a)	Sim	Há evidência documentada da caracterização dos solos existentes na área de manejo florestal. O item 6.1.3. do plano de manejo da Organização (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf) discorre longamente sobre o tema. Ainda, cada talhão a ser plantado é precedido de nova análise de solo visando determinar os níveis de fertilização a serem realizados.	N/A
b)	Sim	A Organização caracteriza os recursos hídricos, considerando-se a(s) microbacia (s) onde se insere a área de manejo florestal, conforme item 6.1.5. de seu plano de manejo (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf).	N/A
c)	Sim	A Organização adquiriu suas áreas florestais já formadas, e não conta com arrendamentos, portanto, não vem realizando locação de áreas para plantio ou malha viária.	N/A
d)	Sim	As atividades silviculturais são planejadas e executadas levando em consideração os dados climáticos locais, conforme observações de campo e entrevistas com gestores de área. A Organização, por exemplo, adota medidas restritivas ao trânsito de máquinas em momentos de maior pluviosidade. Em adição, existe um microplanejamento para a colheita contemplando a proteção dos recursos ambientais, procedimentos e mapas, conforme verificado durante análise documental de “Book Operacional_M623_M624_M625.pdf”.	N/A
e)	Sim	A empresa mantém as áreas de preservação permanentes (APPs) devidamente delimitadas em campo e o manejo florestal praticado é orientado a proteger os serviços ambientais associados à UMF.	N/A
4.2			
a)		A Organização não emprega medidas de construção e manutenção de estradas que considerem a prevenção, minimização e mitigação dos impactos negativos aos solos. Em campo, foram verificados diversos casos de erosões em estradas sob gestão da Organização (municipais ou não), obras de arte com problemas ou insuficientes para minimizar erosões. Analisando-se os procedimentos operacionais, constatou-se que estes não possuem recomendações técnicas adequadas e os planos de ação para adequação não consideram uma rotina de priorização em função de criticidade para atender a todos os projetos. Hoje a Organização conta com somente uma frente operacional de estradas, sem condições de realizar estruturas de conservação. Alguns exemplos de locais problemáticos observados são: região de Belo Cruzeiro, projeto 356, entre talhões 24 e 25; projeto 356,	N/A

		estrada talhão 013; estradas municipais em Juazeiro em áreas sob gestão da Organização; projeto 632, passagem molhada com carreamento de sedimentos devido à erosão. Em função desse relato, foi aplicada a NCR #03/18 no indicador 6.5.8 que está mais diretamente relacionado com esse tema.	
b)	Sim	Os procedimentos de adubações da Organização consideram as exigências nutricionais das espécies plantadas, os níveis de elementos essenciais existentes no solo, as características intrínsecas de cada fertilizante e as condições climáticas existentes. Todos os talhões passam por análise de solo pós colheita. Com base nestes resultados, aliados às informações de clima, material genético e manejo, os talhões são classificados dentre as 6 possíveis unidades de manejo mapeadas pela Organização. Nelas, varia-se as recomendações de fertilização, especialmente quanto à quantidade de potássio.	N/A
c)	Sim	Os principais parâmetros qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos e edáficos relevantes são monitorados pela Organização. O Anexo 1 do plano de manejo (PL SG - 001 PLANO DE MANEJO FLORESTAL - Rev 13.pdf) apresenta os indicadores determinados, o sistema de armazenamento de dados, os responsáveis, as metas e os resultados obtidos para tais monitoramentos.	N/A
d)		A Organização não emprega medidas de construção e manutenção de estradas que considerem a prevenção, minimização e mitigação dos impactos negativos aos solos. Em campo, foram verificados diversos casos de erosões em estradas sob gestão da Organização (municipais ou não), obras de arte com problemas ou insuficientes para minimizar erosões. Analisando-se os procedimentos operacionais, constatou-se que estes não possuem recomendações técnicas adequadas e os planos de ação para adequação não consideram uma rotina de priorização em função de criticidade para atender a todos os projetos. Hoje a Organização conta com somente uma frente operacional de estradas, sem condições de realizar estruturas de conservação. Alguns exemplos de locais problemáticos observados são: região de Belo Cruzeiro, projeto 356, entre talhões 24 e 25; projeto 356, estrada talhão 013; estradas municipais em Juazeiro em áreas sob gestão da Organização; projeto 632, passagem molhada com carreamento de sedimentos devido à erosão. Em função desse relato, foi aplicada a NCR #02/18 no indicador 6.5.8 que está mais diretamente relacionado com esse tema.	N/A
4.3			
a)	Sim	São observadas as recomendações técnicas para o manuseio, preparação e aplicação de produtos agrotóxicos necessários para as operações florestais. Os documentos "PO.MA - 001 TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS - REV 04 de 05.OUT.2017.pdf" e	N/A

		“MG.MA - 001 MANUAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS - REV 05 de 01.MAI. 2018.pdf” apresentam tais recomendações de forma detalhada. Durante entrevistas com gestores e trabalhadores de campo, estes demonstraram conhecimento sobre o tema. Em campo, não foram observados problemas.	
b)	Sim	A Organização mantém inventários atualizados dos produtos utilizados e disponíveis e registros de uso dos agrotóxicos, incluindo o nome do produto e do profissional responsável, classificação, local de aplicação, método, dosagem, quantidade total utilizada e datas de aplicação, conforme ampla análise documental. Os produtos utilizados estão evidenciados no documento “LISTA_INSUMOS.xls”, enquanto o controle de estoque pode ser verificado em “Estoque_Caravelas_GAFOR.xls”. Quanto à gestão de uso, esta é realizada pelo sistema informatizado SGF, exemplificado no documento “ORDEM_SERVICO_SGF.pdf”.	N/A
c)	Sim	A Organização utiliza produtos à base de Sulfluramida, com derrogação válida até 2021 (DERROGA FSC_DER_30_001_V1_0_Sulfluramid_Brazil_2016_amended7.pdf).	N/A
d)	Sim	Conforme vistorias de campo e análise documental, os trabalhadores florestais que manuseiam ou aplicam produtos agrotóxicos são habilitados e fazem isso utilizando os equipamentos de proteção individual apropriados.	N/A
e)	Sim	Conforme ampla vistoria de campo e entrevistas com trabalhadores e gestores, evidenciou-se que o armazenamento dos produtos agrotóxicos, óleos e combustíveis obedece às recomendações dos fabricantes e legislação vigente.	N/A
f)	Sim	Não foram observadas evidências de que o transporte de produtos perigosos seja feito em desacordo com o documento “PO.MA - 001 TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS - REV 04 de 05.OUT.2017.pdf”, elaborado pela Organização e que obedece às recomendações dos fabricantes e legislação vigente.	N/A
g)	Sim	Há procedimentos de utilização de produtos agrotóxicos que consideram as condições climáticas, edáficas e topográficas. São eles: “PO.MA - 001 TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS - REV 04 de 05.OUT.2017.pdf” e “PO.OP - 001 PROCESSOS DE SILVICULTURA - Rev 06 de 30.ABR.2018.pdf”.	N/A
h)	Sim	O procedimento “PO.OP - 001 PROCESSOS DE SILVICULTURA - Rev 06 de 30.ABR.2018.pdf” aborda, dentre outros, o tema de manutenção de equipamentos utilizados na aplicação de produtos agrotóxicos.	N/A
i)	Sim	O documento “MG.MA - 001 MANUAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS - REV 05 de 01.MAI. 2018.pdf” detalha os procedimentos de controle e destinação de resíduos e embalagens de acordo com a legislação.	N/A
j)	Sim	A Organização controla o uso de fertilizantes através de seu sistema de gestão florestal informatizado (SGF). Nele, cada saída de produto	N/A

		é registrada mediante ordens de serviço devidamente aprovadas. Informações como talhão, quantidade, data e responsável são registradas.	
4.4			
a)	Sim	Há um sistema implementado de coleta seletiva de resíduos, incluindo procedimentos para identificação, classificação, transporte, destinação e/ou disposição final através dos documentos “MG.MA - 001 MANUAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS - REV 05 de 01.MAI.2018.pdf” e “PO.MA - 001 TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS - REV 04 de 05.OUT.2017.pdf”.	N/A
b)	Sim	Resíduos perigosos são destinados para tratamento adequado. A Organização mantém um registro atualizado da disposição final dos resíduos perigosos, conforme verificado durante análise documental e exemplificado pelo documento “coleta resíduos.pdf”.	N/A
c)	Sim	Resíduos e demais efluentes líquidos são tratados e dispostos de acordo com a legislação vigente, conforme verificado durante análise documental e exemplificado pelos documentos “Notas Fiscais de devolução de Embalagens.pdf” e “coleta resíduos.pdf”.	N/A
d)	Sim	Há planos de controle e monitoramento de derrames ou vazamentos, conforme apresentado no documento “PL.EM - 001 PLANO DE CONTROLE A EMERGÊNCIA - Rev 06 de 29.MAR.2018.pdf” em seus itens “C” (Atendimento a Ocorrência/Emergência com Derrame / Vazamento de Produto Químico) e “D” (Atendimento a emergência com vítima).	N/A
e)	Sim	Existe um programa de monitoramento e controle de emissões gasosas de veículos e equipamentos florestais movidos a óleos combustíveis. Em campo, verificou-se o controle de tais monitoramentos pelo uso de adesivos, controlados também pela planilha eletrônica “FO.SS - 049 MONITORAMENTO DA EMISSÃO DE FUMAÇA PRETA - EQ AGRÍCOLAS E FLORESTAIS - REV 03 de 29 MAR 2018.xls”.	N/A
Princípio 5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal			
5.1			
a)	Sim	A Organização realiza visitas de campo para consulta a partes interessadas e levantamento de impactos e demandas. O resultado desses levantamentos embasa ajustes na matriz de impactos e na definição de medidas de mitigação (formulário “Monitoramento de impactos pré-operações”; entrevistas às equipes técnicas; entrevistas às partes interessadas”). Foi apresentado o documento “PO.SO – 001 – Identificação e Avaliação de Aspectos e Impactos Sociais” (Rev. 07), que considera atividades presentes e futuras, bem como eventuais passivos sociais. Os impactos devem ser identificados e avaliados pela Área Socioambiental e pelo Gerente Florestal, considerando “demandas de partes interessadas” advindas	N/A

		<p>“dos Diálogos Social e Operacional, Contatos Sociais e de outras práticas socioambientais”, de forma a garantir “a participação das partes interessadas”. O documento também prevê “consultas específicas às partes interessadas por meio de audiências, reuniões, visitas e outros meios”. Estão listados como impactos associados às atividades do manejo já identificados, entre outros: risco de acidentes; contaminação dos trabalhadores; incômodo causado por deriva de produto em áreas vizinhas; poeira; ruído. Os impactos são classificados na planilha “Matriz de Aspectos e Impactos Sociais” como “aceitável”, “moderado” ou “substancial”. Em campo foi verificado que os levantamentos e documentos apresentados são consistentes e repondem às demandas de moradores e vizinhos.</p>	
b)	Não	<p>A planilha “Matriz de Aspectos e Impactos Sociais” estabelece, para cada aspecto/impacto social identificado, medidas de controle e mitigação, medidas de compensação e documentos de referência. O documento “MG.SO -001 – Manual de Gestão Social” (Rev.07) estabelece critérios para priorização de comunidades para o atendimento de demandas e a implantação de projetos sociais como medidas de mitigação ou compensação de impactos: reconhecimento como comunidade tradicional; proximidade a áreas de manejo florestal; vulnerabilidade socioeconômica (a partir de indicadores socioambientais presentes na planilha “Base de Priorização Socioeconômica” – Rev. 03). Em campo e na análise documental foi evidenciada a implantação das medidas definidas. Os projetos de interesse social implantados pela Organização não apresentam resultados proporcionais aos impactos a que respondem como medida de mitigação e compensação. Dentre as comunidades identificadas, duas estão cercadas por plantios de eucalipto, sendo uma tradicional. Essas comunidades estão situadas no município de maior presença da Organização, com taxa de 18% de ocupação por áreas florestais (Plano de Manejo), apontado como estando entre os municípios “menores, mais distantes dos centros atratores e fortemente impactados por modificações em sua estrutura fundiária” e de maior presença de populações negras oriundas “possivelmente, de remanescentes de grupos locais constrangidos por dinâmicas fundiárias e ainda não atendidos ou não identificados corretamente” (documento “Identificação de Grupos e Comunidades Tradicionais” 2011-2012). Considerando esses dados, os projetos implantados junto às duas comunidades que encontram imersas em áreas de plantio têm grande peso na compensação de impactos das atividades florestais. Esses projetos vêm apresentando resultados pouco efetivos, não estão proporcionais aos impactos identificados e não respondem às expectativas das comunidades. Foi emitido o NCR#03/18.</p>	NCR#03/18
c)	Sim	<p>A Organização monitora a contratação de mão de obra local e implanta medidas para evitar redução substancial no quadro de</p>	N/A

		trabalho, como a recém implantada oferta de prestação de serviços florestais a outras empresas da região. Também são implementados projetos sociais de complementação de renda e segurança alimentar nas duas comunidades consideradas prioritárias, por meio da cessão de terras por comodato e insumos, para o plantio de alimentos.	
d)	Sim	A Organização identificou e reconhece uma comunidade quilombola em sua área diretamente afetada, a qual está rodeada por áreas de manejo. Lá é implantado o projeto Campo Agrícola (área para plantio cedida em comodato à associação local), como parte das ações de mitigação e compensação de impactos, bem como apoios esporádicos à escola local, situada em área da Organização. Em campo e na análise documental foi possível verificar que há baixo aproveitamento da área de comodato e demandas da escola por ações de médio prazo que possam contribuir com melhoria da qualidade do ambiente escolar e entorno. A única comunidade tradicional se caracteriza como vulnerável:ilhada por plantios, situada em município com alta taxa de ocupação por plantios; altos índices de mortalidade infantil, indigência, analfabetismo, dependência de emprego formal, presença da agricultura familiar. Dada a relevância da comunidade para a Organização e a evidenciação de dados de vulnerabilidade, os projetos existentes foram considerados com baixa efetividade de resultados.	N/A
e)	Sim	Não foi evidenciada a ocorrência de situações de uso de conhecimentos tradicionais nas atividades de manejo florestal.	N/A
f)	Sim	A Organização tem, no momento da auditoria, uma centena de funcionários, sendo praticamente 100% oriundos de comunidades e residentes locais (gráficos “Índice de Admissão por Localidade – 2018” e “Histórico de Admissão por Localidade”).	N/A
g)	Sim	A Organização apresentou a planilha de controle dos fornecedores ativos, demonstrando que prioriza contratação de fornecedores locais (“Fornecedores Ativos – Priorização local”).	N/A
h)	Sim	A Organização promove o Programa de Qualidade de Vida e Saúde, que engloba campanhas sobre temas de saúde, voltadas a trabalhadores e a moradores das comunidades afetadas, envolvendo ações como: Palestra sobre saúde da mulher, Café com saúde (palestras e aferição de pressão e glicose e zumba), Prevenção contra o câncer de mama e de próstata.	N/A
i)	Sim	Existe um programa de Educação Ambiental que prevê campanha anual, englobando: Encontro de Educação Ambiental; Diálogo Direto de Meio Ambiente; Concurso de Desenhos e Redações; Atividades Socioculturais. Também é implantado o Programa “Ambiente florestal Sustentável” (PO.MA-005 – Programa de Educação Ambiental – Rev. 07; entrevistas às equipes técnicas).	N/A
j)	Sim	A Organização promove o Programa de Qualidade de Vida e Saúde, que engloba campanhas sobre temas de saúde, voltadas a	N/A

		trabalhadores e a moradores das comunidades afetadas, envolvendo ações como: Palestra sobre saúde da mulher, Café com saúde (palestras e aferição de pressão e glicose e zumba), Prevenção contra o câncer de mama e de próstata.	
5.2			
a)	Sim	Foi apresentado o esquema de distribuição do resumo público do plano de manejo às partes interessadas mapeadas como relevantes pelo EMF. O resumo também está disponível na página da internet do empreendimento.	N/A
b)	Sim	Foi apresentado o documento “MG.SO -001 – Manual de Gestão Social” (Rev.07), que estabelece diretrizes para a comunicação com partes interessadas e enfatiza as seguintes “capacidades críticas”: Saber ouvir empaticamente as partes interessadas; Colocar-se no lugar das mesmas para entender seu contexto e suas realidades; Ter capacidade e tempo para reflexão sobre as questões apresentadas; Ter disposição para quebra de paradigmas e preconceitos; Dar importância ao processo tanto quanto ao produto final; Estabelecer um ambiente com baixa defensiva e alto aprendizado. São considerados “mecanismos de relacionamento”: engajamento, como “relacionamento mutuamente benéfico”; diálogo social, como “ferramenta que trata junto às comunidades, os vizinhos, as lideranças locais e os representantes do poder público local assuntos de maior amplitude e de interesse coletivo”; contato social, como “instrumento de Diálogo informal e na maioria das vezes individual, com os representantes das comunidades, vizinhos e poder público local”. São considerados “canais de comunicação” com partes interessadas, além dos mecanismos já citados, o endereço eletrônico institucional, o telefone do escritório, fax e correios. Em campo foi verificado em entrevistas a partes interessadas que os mecanismos de comunicação existentes proporcionam comunicação efetiva.	N/A
c)	Sim	Foi apresentado o documento “MG.SO -001 – Manual de Gestão Social” (Rev.07), que estabelece diretrizes para o registro de comentários, reclamações e demandas. A análise das demandas é feita pela Área Socioambiental e o retorno ao solicitante, em até 30 dias, deve ser realizado pela área de Recursos Humanos. O processo e status de ocorrências é acompanhado por meio da planilha “Controle de Demandas e Comunicações Recebidas” (recorte 2017 e 2018).	N/A
d)	Sim	Entrevistas a representantes de comunidades locais (presidente da associação de moradores, beneficiários de projetos sociais, diretora de escola local) e do poder público (secretário municipal e administrador comunitários) demonstram o bom relacionamento da organização com as diversas partes interessadas. Também foram verificados os projetos sociais implantados e apoios concedidos	N/A

		conforme demanda.	